

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LUCIA PALU DA SILVA**

**MISÉRIA E POBREZA COMO EMPECILHOS AO ATENDIMENTO ESPECIAL DO  
ESTUDANTE SURDO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**

**CURITIBA  
2016**

**LUCIA PALU DA SILVA**

**MISÉRIA E POBREZA COMO EMPECILHOS AO ATENDIMENTO ESPECIAL DO  
ESTUDANTE SURDO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde.

**CURITIBA  
2016**

## **Miséria e pobreza como empecilhos ao atendimento especial do estudante surdo do município de Mandirituba**

**Lucia Palu Da Silva**

### **RESUMO**

Este trabalho tem por finalidade apresentar discussões sobre a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente os surdos, em situação de pobreza no município de Mandirituba. Pretende também, refletir sobre as dificuldades e o baixo rendimento escolar destes alunos na escola regular da educação básica. Os alunos com necessidades educacionais especiais e, em destaque, os surdos e pobres que frequentam a escola regular demonstram, via de regra, dificuldades de aprendizagem. Os professores destes alunos também têm dificuldades em atuar junto a eles. O processo de inclusão é complexo, com sérios problemas de ensino e de aprendizagem. É comum a idealização do trabalho pedagógico por parte da maioria dos professores e a transferência de responsabilidades sobre este trabalho fica cada vez mais evidenciada. Empurra-se para a família, para as instituições, para programas paralelos do sistema e culpa-se outrem pelas dificuldades de enfrentamento. A metodologia utilizada neste estudo foi a abordagem qualitativa e utilizou -se a coleta de informações e dados sobre o público-alvo, no caso, estudantes surdos. Foram realizadas também, pesquisas bibliográficas referentes ao assunto estudado. As maiores dificuldades percebidas e que dificultam o processo de ensino e aprendizagem destes alunos surdos, inclusos na escola regular foram a falta de preparo e a insegurança dos professores. A inclusão é uma garantia de direitos na educação e o preparo de profissionais para este direito é dever do estado e, ambos, precisam ser efetivados como políticas públicas adequadas.

Palavras chave: inclusão, surdos, educação especial

### **1 INTRODUÇÃO**

A Inclusão social e educacional tem se constituído em pautas das políticas públicas na atualidade. Muito se discute sobre a inclusão social e sua importância em nossa sociedade, pois vivemos em uma época em que se luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Para que isso de fato aconteça, é preciso que haja a defesa da diversidade, a participação social de todas as pessoas, o respeito às

características individuais, seja de gênero, religiosas, étnicas, socioeconômicas, psicológicas ou físicas.

Estamos vivendo a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em nossas escolas de ensino regular. A LDBEN 9394/96 orienta quanto a obrigatoriedade de matricular e acolher a todos os alunos, independente de suas diferenças ou necessidades. É preciso entender que esses alunos precisam ser atendidos em suas especificidades, para que assim, possam desenvolver suas potencialidades. Para tanto, é necessário e importante que as escolas e o sistema de ensino se mobilizem e garantam a permanência e o aprendizado desses alunos.

O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, importante política de direitos humanos, estabelece em seu Art. 4º como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária.

A Declaração de Salamanca na Espanha, que é um marco na história da inclusão, foi realizada pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais quando 92 países assinaram e passaram a ter como princípio fundamental que "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases em 1996 reforça tal apontamento ao afirmar que o estudante deve estar preferencialmente incluído, mas também amplia o atendimento propondo que haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular. (Art. 58 da Lei nº 9394/96)

E finalmente, em 2015 foi aprovada a Lei nº 13.005 do Plano Nacional de Educação que, estabelece em sua meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, e na estratégia 5.7: apoiar a

alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Quanto a Educação Especial, uma grande referência teórica encontra-se nas produções de GLAT (2007), que considera que o paradigma atualmente conhecido por Educação Inclusiva, não significa uma ruptura mas um processo de transformação de concepções teóricas e práticas da Educação Especial, que acompanha historicamente os movimentos políticos e sociais em favor dos direitos das pessoas com deficiências e das minorias excluídas.

Na área da educação de surdos, aqui no Paraná há um grande avanço, de acordo com FERNANDES & MOREIRA (2009):

É fundamental a discussão das características socioculturais e linguísticas da comunidade surda brasileira, seu conhecimento e valorização para os desafios do acesso e permanência de estudantes surdos no processo educacional escolar.

Para essas autoras, a dificuldade dos surdos na escola, seria pelo fato de serem tratados como ouvintes em seu processo de ensino e aprendizagem. Outra dificuldade desses alunos, também pode ser explicada pelo fato de a maioria dos alunos surdos, serem filhos de pais ouvintes e somente terem contato com a língua de sinais, que é sua primeira língua, na escola.

O presente trabalho, pretende analisar, a partir dos apontamentos legais e das políticas públicas, como está acontecendo o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, particularmente os surdos, em situação de pobreza, no Município de Mandirituba, Paraná.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Contextualização de Mandirituba**

Utilizando-se como fonte de referência o Portal do site da Prefeitura,

apresenta-se Mandirituba como uma cidade da região metropolitana de Curitiba tendo como limites: Fazenda Rio Grande ao norte; Agudos do Sul ao sul; São José dos Pinhais e Tijucas do Sul a leste; Quitandinha, Contenda e Araucária a oeste. O nome da cidade é um vocábulo indígena que significa “lugar onde há muitas abelhas”, colmeal. A fase do ouro foi realmente a responsável pela povoação inicial do local.

A partir do povoado com a busca do ouro, os garimpeiros se instalaram e, desiludidos com os resultados do garimpo, voltaram à agricultura como meio de sobrevivência. Mais tarde, com a escassez de mão de obra, esta mesma sociedade busca no escravagismo do negro africano, a solução de seus problemas. É neste contexto que surge o tropeirismo, importante movimento socioeconômico do Paraná, com base no transporte de gado que estava nos Pampas e precisava atravessar os três estados do sul à São Paulo.

Por mais de 100 anos desfilaram por esse caminho tropas e tropeiros. Eles cortavam os campos, que passaram a ter utilidade como postos de recuperação do gado, após uma longa jornada. Foi desbravada e criada a Estrada da Mata, trecho do “Caminho de Sorocaba”, por onde era transportado o gado. Esta estrada propiciou o estabelecimento de muitas propriedades agrícolas no Paraná, inclusive onde hoje se encontra o município de Mandirituba. Muitas fazendas se desenvolveram, acompanhando os ciclos econômicos inerentes à sua época. Embora bastante devastador, o extrativismo da madeira permitiu a expansão das frentes colonizadoras e, mais tarde, o ciclo agroindustrial.

Em 1900 foi instalada uma serraria no local colonizado pela família e empresa Irmãos Bettega Ltda., que foram os responsáveis pela construção das duas primeiras casas comerciais e de uma escola. Mais casas foram sendo construídas e o lugar se desenvolveu. Em 1909, o crescente lugarejo de Estrada de Mandirituba, foi elevado a Distrito Judiciário, no dia 17 de maio, pelo Decreto Estadual nº 243, simplificando sua denominação para Mandirituba. Nessa época seu território pertencia à Comarca de São José dos Pinhais. Pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, Mandirituba foi elevada à categoria de município, desmembrando-se do município de São José dos Pinhais. Sua instalação oficial se deu em 15 de novembro de 1961, quando foram empossados seus representantes locais.

Hoje, com mais de meio século, a cidade de Mandirituba destaca-se na Agricultura sendo a maior produtora de camomila da América Latina.

Mandirituba tem sua população estimada, pelos dados do IBGE em 2010 em 22.235 habitantes, composta principalmente por descendentes de: poloneses, portugueses, ucranianos, italianos e alemães, além de migrantes vindos de outras regiões do Paraná e do Brasil.

A maior parte dos trabalhadores do município, dedicam -se a agricultura.

A falta de oferta de trabalho para os jovens é apontada como maior problema social. Muitos precisam deslocar-se para Curitiba, a fim de buscar melhores oportunidades. A ociosidade leva muitos jovens a problemas com drogas e alcoolismo, entre outros.

Dos cerca de 22 mil habitantes, estima-se cerca de 6.000 são de crianças e adolescentes em idade escolar.

## 2.2 Mandirituba e a educação

Em Mandirituba, existem três Colégios Estaduais de Educação Básica (6º ao 9º anos e ensino médio), uma Escola Estadual de anos finais do ensino fundamental, uma Escola na Modalidade de Educação Especial e um Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (Ceebja). Todas, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, superlotadas. As escolas municipais centralizadas de anos iniciais do Ensino Fundamental, são quatro e uma em zona rural, existem ainda duas escolas particulares de anos iniciais do Ensino Fundamental. As creches são num total de cinco para todo o município. O número aproximado de escolas, professores e estudantes encontra-se no quadro abaixo.

Número de escolas e professores

Rede de ensino	Escolas	Professores	Estudantes
Estadual	5	220	2400
Municipal	5	150	2500
Particular	2	18	120

Os números do Ideb no município nos últimos 10 anos, apresentam a seguinte evolução histórica:

<b>ANO</b>	<b>MUNICIPAL</b>	<b>ESTADUAL</b>
2005	4,3	3,2
2007	4,5	4
2009	5,1	3,9
2011	4,7	3,6
2013	5	3,8
2015	5,5	4,2

### **2.3 Fundamentos da inclusão na área da surdez**

A Educação especial é uma modalidade da educação escolar, é entendida como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

Com o reconhecimento da Educação inclusiva como diretriz educacional prioritária, a partir dos anos 90, teve início no Brasil e na maioria dos países, as Políticas de Educação Inclusiva, que colocam a responsabilidade dos governos e sistemas educacionais dos países, para a inclusão das crianças e jovens no processo de ensino e aprendizagem escolar, tendo como princípio o reconhecimento das diferenças individuais.

O princípio básico da inclusão é que todos os alunos, independente de suas condições, sejam acolhidos “nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades”, pois esta seria a melhor maneira de se combater a discriminação e contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva e assim atingindo a meta da educação para todos (UNESCO, 1994).



Para MENDES (2010), a inclusão dos alunos que compõem o público-alvo da educação especial nas salas de aulas comuns do ensino regular, em nossas escolas, constitui -se como uma prioridade, por considerar a maiores chances de enriquecimento afetivo, cognitivo, e social considerando as trocas interpsicológicas em ambientes de maior diversidade grupal.

Segundo Vygotsky (2001), a linguagem regula a atividade psíquica humana, ela estrutura o pensamento e os processos cognitivos. A linguagem possibilita as interações que são fundamentais para a construção do conhecimento e do sujeito. É na vida social que a linguagem é adquirida e é através dela que o sujeito se constitui como ser humano. Adquirimos a linguagem através do contato com a mesma e nos integramos com a sociedade que faz uso dela. Os surdos são prejudicados neste contato, pois a língua oral é percebida pela audição que neles, é prejudicada.

Os surdos por não ouvirem, tem dificuldades no contato com a língua do grupo social a que pertencem (Góes, 1996). Assim, esse atraso na linguagem das crianças surdas, acarreta consequências emocionais, cognitivas e sociais, mesmo quando aprendem mais tarde uma língua.

As dificuldades nas questões da linguagem das crianças surdas, fazem com que as mesmas apresentem uma defasagem quanto a sua escolarização, quando comparadas às crianças de sua idade. Por este motivo, é necessário que se elaborem propostas de educação que venham de encontro às necessidades dos alunos surdos e que proporcionem o desenvolvimento de suas capacidades.

As línguas de sinais são utilizadas pelas comunidades surdas, partindo deste conhecimento, surgiu a proposta atual da educação bilíngue para os surdos, pois entende -se que esta é a língua própria deles, sendo que a mesma, deve ser adquirida em primeiro lugar, sendo considerada sua primeira língua. No Brasil, temos a Língua brasileira de sinais (Libras). Partindo do conhecimento da língua de sinais, o surdo entra em contato com a língua do grupo social a que pertence, no caso língua Portuguesa, esta língua será para ele, a sua segunda língua. Desta maneira, como as crianças que ouvem, aprendem a falar, a criança surda que tem contato com a língua de sinais, vai aprender essa língua e desenvolver seus aspectos linguísticos e cognitivos, segundo suas capacidades. O objetivo educacional do bilinguismo é oferecer duas línguas na escola onde estão incluídos alunos surdos.

Em sua maioria, os surdos apresentam dificuldades em aprender o Português escrito, isso por que não conseguem escrever como os ouvintes, pois eles pensam e precisam transcrever seu pensamento da Língua de sinais para a escrita em português.

FERNANDES (2006), coloca que o aluno surdo somente aprenderá o português escrito se esta língua mostrar algum significado ou tiver valor social para ele, e isso só se dará através da língua de sinais. A autora diz: “O letramento na língua portuguesa [...] é dependente da constituição de seu sentido na língua de sinais”.

O letramento de surdos, se refere a um processo de construção de sentidos na leitura e na escrita dos mesmos que depende dos processos simbólicos visuais e não auditivos. Desta maneira, o aluno surdo, segundo Fernandes, “em seu processo de letramento, passará de uma língua não -alfabética (a Língua de Sinais) para uma língua alfabética (o Português)”.

A garantia dos direitos da pessoa surda, passa pelo conhecimento da legislação, no Brasil, a lei nº 10.098 de 19/12/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, trouxe a garantia da língua de sinais como língua nativa da comunidade surda. Neste sentido, o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a lei 10.436 de 24/04/2002, trouxe importantes inovações para educação de surdos, pois reconhece os surdos como aqueles que interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando assim, sua cultura principalmente pelo uso da língua de sinais. Essa lei também garante ainda um intérprete/tradutor para alunos surdos nas escolas onde eles se encontram, assegurando também o seu direito de ser diferente. Trata da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia. Da formação de professores e instrutores de Libras, tradutores e intérpretes de Libras – língua Portuguesa.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo foi realizado a partir de estudos teóricos e da abordagem qualitativa, da prática da autora e dados obtidos na realidade das escolas do município, pelo motivo que estes tipos de abordagens levam em consideração os processos estudados e não somente o produto final.

Segundo LÜDKE e ANDRÉ (1986, p.12) a pesquisa qualitativa tem ambiente natural como a sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Os dados coletados são predominantemente descritivos e há uma preocupação muito maior com o processo do que com o produto. “ O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”.

O instrumento utilizado para a coleta de informações e o estudo dos dados referentes à população alvo desta pesquisa foi a entrevista, os relatos, a coleta de dados sobre o público-alvo e a experiência profissional da autora. A pesquisa bibliográfica também foi utilizada no estudo.

Foram utilizados também dados do portal do site da Prefeitura Municipal de Mandirituba, dados do IBGE 2010, dados do IDEB de Mandirituba, consultas nas escolas estaduais e na Secretaria de Educação do Município, entrevistas com professores, relatos de alunos surdos e a experiência pessoal da pesquisadora.

### **4 LEVANTAMENTO DOS DADOS**

#### **4.1 Situação atual da educação especial em Mandirituba**

Em relação ao atendimento às necessidades especiais, quatro escolas estaduais contam com Salas de Recursos Multifuncionais - DI, e apenas uma com SRM -Surdez (Ceebja). Nas municipais existe uma classe especial e um Centro de atendimento educacional na área da deficiência visual e salas de recursos.

Na Secretaria de Educação da Prefeitura, é recente a preocupação com a Educação Especial, existe uma pessoa responsável por esta modalidade de ensino, porém mais voltado para a área da Deficiência Intelectual, as outras áreas tem menor atenção e não possuem pessoal preparado para o melhor atendimento das

mesmas.

Em Mandirituba, as necessidades especiais das crianças pobres, em sua maioria são a deficiência intelectual, seguida da física, surdez e visual, porém muitas das necessidades especiais não são consideradas por não terem diagnóstico definido.

As crianças, adolescentes e adultos pobres com deficiência intelectual e com múltiplas deficiências, em sua maioria são atendidas na escola especializada na modalidade de educação especial da cidade. Existem cerca de 120 alunos que são atendidas nesta escola.

As crianças com deficiência intelectual leve, frequentam o ensino comum e são atendidas nas salas de recursos multifuncionais (SRM). Existem cerca de 100 alunos matriculados nas SRM nas escolas estaduais e cerca de 50 alunos nas salas da rede municipal de ensino. Sabe-se que existem ainda, deficientes que não frequentam a escola, porém em Mandirituba são poucos.

Os surdos frequentam o ensino comum, Eja e Ceebja e no contraturno, são atendidos na SMR Surdez do Ceebja – Mandirituba, um total de 13 alunos, crianças, adolescentes e jovens.

## **4.2 Problemas com o atendimento às necessidades especiais – uma visão da prática**

Pelos anos de prática com a educação inclusiva de surdos, a autora expõe a seguir algumas de suas reflexões e análises do convívio cotidiano nas escolas.

Percebe-se que não existe uma política de inclusão no Município, apesar de que existem setores da administração, como a Ação Social, que colabora e trabalha em conjunto com a SRM – Surdez. A maioria dos alunos da sala, são atendidos pelo programa Bolsa Família e participam de projetos da Secretaria de Ação Social. Isto acontece porque a professora da sala procura trabalhar em conjunto com a rede de proteção.

A maior dificuldade parece estar na carência de profissionais especializados e na falta de preparo dos professores do ensino comum além da insegurança dos mesmos.

Quanto aos surdos, a principal dificuldade está na diferença da língua,

nenhum professor do ensino regular da cidade, conhece a libras. Como o aluno surdo pode aprender se não utilizam sua língua materna?

Acredita -se ainda, que muitas das dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos surdos inclusos no ensino regular, devem -se ao fato de que os professores, mesmo não conseguindo interagir e se comunicar com os alunos, não demonstram interesse nem disposição para conhecer a cultura nem em aprender a língua do surdos.

Com o intuito de melhorar a comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos nas escolas, iniciou -se um curso de libras gratuito na cidade, oferecido aos professores das escolas onde existem surdos matriculados. Nenhum professor destas escolas matriculou -se nem frequentou o curso.

### **4.3 O cotidiano do atendimento aos estudantes surdos**

Observa-se que em nossas escolas ainda existe muita resistência no trabalho e nas relações com o diferente. No convívio com a diversidade, os professores precisam desenvolver habilidades para intensificar trocas sociais e melhorar a qualidade da sua relação com os alunos com deficiência. É necessário preparar os profissionais da educação, para o respeito e a convivência com a diferença; lidar com o preconceito dos colegas; assegurar igualdade de direitos e deveres em classe respeitando o que cada um é e o que cada um traz; trabalhar de forma articulada e colaborativa, lidar com as famílias de alunos com e sem deficiências.

Em entrevistas com professores de classes de alunos surdos inclusos no ensino regular, em relação a surdez, condições do trabalho com surdos, expectativas em relação ao processo de ensino e aprendizagem, experiência com alunos surdos e conhecimento da língua de sinais, percebeu -se que a maior parte sente -se despreparada e com dificuldades no atendimento a esses alunos. Essas dificuldades são observadas nas seguintes falas dos professores:

Professor A: *“Não conheço a língua dos surdos, não consigo me comunicar com ele”.*

Professor B: *“Não consigo desenvolver um bom trabalho com o aluno surdo, pois tenho uma turma grande e não posso deixar todos os outros de lado para me preocupar somente com ele”.*

Professor C: *“A escola não me dá apoio para que eu possa trabalhar*

*melhor com esse aluno, falta material de apoio, orientação e intérprete”.*

Professor D: *“Não tenho preparo, nem formação para trabalhar com surdos”.*

Professor E: *“Sinto uma insegurança em relação ao aluno surdo, sei que não consigo um bom trabalho em relação a ele”.*

Todos os professores entrevistados colocam que suas dificuldades são em relação à falta de formação para o trabalho com alunos surdos, falta de apoio, de orientação, intérprete, grande número de alunos em sala de aula, insegurança.

Esses discursos mostram que é necessário investir na formação continuada de professores, pois os relatos mostram que a falta de formação tem dificultado a inclusão. Diante desta realidade, é preciso refletir sobre a importância do nosso trabalho na escola e na sociedade. A escola precisa rever muitos aspectos, como rever a quantidade de alunos em sala de aula, presença de intérprete, orientar professores e investir na formação continuada dos professores, enfim, se preparar melhor para atuar com os alunos de inclusão, no caso, os surdos.

## **5 ANÁLISE DOS DADOS**

A evolução do IDEB em Mandirituba, na rede municipal, aponta que as metas foram superadas apenas nos anos de 2007 e 2009, nos demais anos, ficaram abaixo do esperado. Já na rede estadual, as metas foram superadas nos anos de 2007, 2009 e 2011, sendo nos demais também ficaram abaixo das metas projetadas.

Quanto ao atendimento aos alunos com necessidades especiais, observa-se que ainda há carência para a grande meta de educação como direito de todos.

Observei, em minha prática como profissional da educação, que sempre foi comum as crianças com dificuldades de aprendizagem serem encaminhadas para a escola especial, pelo motivo de se conseguir mais facilmente a avaliação das mesmas como também, por ser mais difícil o trabalho com essas crianças. Muitos alunos se encontram matriculados nessa escola mesmo com condições de frequentarem o ensino comum.

No município, apesar da inclusão, sempre foi mais comum encaminhar alunos do ensino comum para o especial, então o movimento contrário, sempre foi e é muito complicado. Os pais em sua maioria, preferem que seus filhos continuem frequentando a escola especial, acredita-se que por insegurança quanto ao cuidado

e atenção dado aos alunos. Isto se deve ao fato de na escola especial, o atendimento é individualizado, com poucos alunos por sala de aula, já na escola regular, as salas de aula possuem um número muito grande de alunos dificultando esse tipo de atendimento. Também por existir na escola especial, acompanhamento com médico, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, entre outros. Ferreira (2006) coloca que é histórica a ausência de políticas públicas no Brasil, de bem-estar social, que não respondem dignamente as carências da população mais pobre e defende que, por isso é um desafio mudar a dependência das famílias e do poder público em relação às instituições filantrópicas, de modo a assegurar a “preferência” pelo ensino regular já que essas instituições são uma opção para o atendimento das necessidades de saúde, assistência, educação dos filhos com deficiência.

Os professores do ensino regular em seus relatos apontam que têm uma certa resistência quanto a receber alunos oriundos da Educação Especial e a escola da modalidade Especial têm mais ainda em “liberar” seus alunos. Isto atrapalha bastante a adaptação e a permanência dos estudantes no ensino comum. Percebe-se também, grande dificuldade por parte das escolas, principalmente dos professores e Pedagogos, em relação ao acolhimento dos alunos com necessidades especiais. Em determinada escola, o movimento é de encaminhar para outras escolas de outros municípios vizinhos esses alunos, porém, em outras, observa-se que se consegue desenvolver um bom trabalho com o aluno envolvendo a escola e a família.

Em Mandirituba, como em qualquer outro lugar, a maioria dos professores idealizam seus alunos e como a realidade da sala de aula é outra, existe muita dificuldade em trabalhar com as diferenças, além do despreparo e da negação das mesmas.

Para Mannoni (1988), o trabalho pedagógico se fundamenta em torno do ideal. Indica que o educador será contrário a qualquer tipo de contestação deste ideal, e que o professor estabelece com o aluno uma relação onde a criança é colocada para ilustrar os fundamentos da doutrina pedagógica.

Tal opção tem as raízes no que marca os atos educativos e o imaginário (do educador) e participa de todas as divagações referentes a um mundo melhor (divagações que estão presentes em todas as civilizações). Uma investigação pedagógica que estabelece desde o início o ideal a atingir só pode desconhecer a verdade do desejo (da criança e do adulto). Expulsa do sistema pedagógico, essa verdade retorna sob a forma de sintoma e se

exprimirá na delinquência, na loucura e nas diversas formas inadaptação (Mannoni, 1988, p.44).

É preciso que a prática pedagógica do professor seja reformulada, pois o mesmo, muitas vezes não leva em consideração o seu importante papel na vida de seus alunos e ainda, muitos estão despreparados para sua atuação.

"O professor idealiza um aluno sem se dar conta de que trabalhar com a diversidade é algo intrínseco a natureza da atuação docente e de que não faz sentido pensa-la como uma condição excepcional" (FREITAS, 2006, p. 170).

Para FREITAS (2006), existe uma falta de preparo dos professores para a atuação na educação inclusiva em porcentagem muito alta. Não existe na formação desses profissionais o preparo para a educação inclusiva em geral.

Em nossas escolas, estas questões tornam-se relevantes, quando os professores se deparam com alunos com dificuldades de aprendizagem, indisciplinados, deficientes e repetentes entre outros, estes são classificados como os que não se adaptam no contexto escolar. É preciso considerar essa realidade, pois as consequências nos educandos quando se utiliza uma prática pedagógica que se baseia no ideal e no imaginário, são o fracasso e o abandono escolar dos mesmos.

A dificuldade de aprendizagem de alguns alunos e o sentimento de impotência dos professores para lidar com essa situação forma um círculo vicioso. Um círculo que se expressa na queixa do professor, que se sente deprimido e decepcionado. Isso mostra que as dificuldades dos alunos com problemas são similares às do professor, pois eles também sentem-se impotentes para aprender. Segundo MANTOVANINI (2001) "são coisas simbiotizadas e dialéticas. Ou seja, quanto mais o professor acredita na incapacidade do aluno mais ele acredita na sua incapacidade de ensinar".

Quanto à formação continuada dos professores, MOREIRA (2002) apud MATOS & MENDES (2014), fala sobre a importância de uma formação para a diversidade, que prepare os educadores para uma análise crítica dos diversos discursos, identificando elementos ideológicos contidos nos textos, nas práticas e nos padrões comportamentais que sustentam a discriminação, os estereótipos e os



preconceitos a pessoas e grupos diversos. Este autor coloca sobre a necessidade de formar profissionais para garantir aos alunos condições de se reconhecerem como portadores de cultura, autores de seus próprios discursos, agentes sociais ativos, abrindo espaço para se perceberem capazes de lutar pela melhoria de suas condições de vida. Para os surdos, este preparo é de suma importância, pois desta maneira, os professores podem colaborar no seu processo de identificação e reconhecimento de sua cultura.

Para MANTOAN (2013), existe uma resistência da escola comum e da especial, às mudanças para a abertura incondicional às diferenças. Segundo ela, a maior razão para que isso aconteça, é a neutralização dos desafios que a inclusão impõe ao ensino comum e que levam ao professor, a recriar e rever suas práticas e entender as novas possibilidades educativas trazidas para a escola para todos. Esses desafios são constantemente anulados e temporizados por políticas educacionais, diretrizes, políticas e programas compensatórios. Desta maneira, cabe ao professor acompanhar e estar aberto às contínuas mudanças.

## **6 - CONCLUSÃO**

É preciso investir em programas mais eficazes para se levantar os índices no município, pois o que se tem feito até agora, tem trazido poucos resultados.

Percebe -se que na maioria das escolas pesquisadas, as turmas mais “difíceis”, onde existem alunos com dificuldades de aprendizagem, de comportamento inadequado, de inclusão, entre outros, são as turmas cujos professores em sua maioria são temporários e com menor preparo. Os professores com maior experiência, preferem escolher turmas mais “fáceis” de se trabalhar e as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. A formação contínua é uma resposta imediata e necessária.

Na maioria das escolas do município, apesar de serem passadas orientações, o trabalho pedagógico em sala de aula, é realizado não se considerando as diferenças, não se costuma utilizar a adaptação nem a flexibilização curricular. Nenhuma escola possui intérprete de libras, ou alguém que conheça essa língua.

Trabalhar com necessidades especiais leva-nos a compreender que o

atendimento também não se limita à escola ou à rede de ensino mas é um assunto que permeia a sociedade.

Para além dos programas educacionais e o estabelecimento de políticas públicas é fundamental que toda a sociedade seja pedagogicamente preparada para a inclusão e que a compreensão das diferenças esteja presente em todos os espaços de convivência humana.

Segundo FERNANDES (2006)

“ Aliada ao desconhecimento, soma -se o preconceito e ignorância de muitos educadores que, em uma atitude de resistência à inclusão, negam -se a incorporar à sua prática qualquer conteúdo, metodologia ou recurso educacional para o qual segundo afirmam, não tenham sido preparados em sua formação inicial e continuada, para dar cumprimento a desmandos de governamentais”.

Na rua, no trânsito, na família, no trabalho, nas atividades de lazer, no dia a dia, a conscientização de que somos por natureza diferentes deve ser uma constante, da mesma forma que a igualdade deve ser o princípio da vida social. A conscientização deve ser um processo educativo, realizado na escola mas deve ir além, pois todos temos direitos iguais.

## REFERÊNCIAS

Brasil. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125)

\_\_\_\_\_. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação: lei no 9.394/96 / apresentação Esther Grossi – 3. Ed.. – Rio de Janeiro: DP&, 200, 136p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 20 de junho de 2016.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8.069 de 13/07/1990

FERNANDES, Sueli. Avaliação em língua Portuguesa para alunos surdos: Algumas considerações. SEED/SUED D. E., Curitiba 2006. Acesso em 09/12/2016. [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)

FERNANDES, Sueli, MOREIRA, Laura C. Desdobramento político-pedagógico do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. *Revista Educação Especial* de 2009, Santa Maria.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. A. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006. p. 85-113.

FIGUEIRA, Emílio. A Pessoa com Deficiência e sua Realidade nas Estatísticas Brasileiras-  
03/02/2010  
[www.marilia.unesp.br/Home/.../inclusao-e-escolarizacao-do-surdo.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/.../inclusao-e-escolarizacao-do-surdo.pdf) . Aces. em 21 de out. 2016.

GLAT, Rosana (org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro. 7Letras, 2007.

GÓES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores associados, 1996.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MANNONI, M. *Educação impossível*. Rio de Janeiro , RJ: Francisco Alves. 1988

MANTOAN, Maria T. INCLUSÃO ESCOLAR : O que é? Por que? Como fazer?  
Coordenador da coleção: Ulisses F, Araújo. 1ª EDIÇÃO. Petrópolis, 2013.

MATOS, Selma Norberto & MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. *Práxis Educacional Vitória da Conquista – BA*. v. 10, n. 16 p. 35-59 jan./jun. 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA. [www.mandirituba.pr.gov.br/](http://www.mandirituba.pr.gov.br/) . Acesso em 11 de out. 2016.

SANTOS, Thais Helena dos. *Aluno problema: um desafio que vale a pena*. (Veducabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em:<<http://www.educabrazil.com.br/aluno-problema-um-desafio-que-vale-a-pena/>>. Acesso em: 21 de out. 2016,

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.